

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA – SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE FONTES RENOVÁVEIS DE ENERGIA E BIOCOMBUSTÍVEIS

REQUERIMENTO Nº DE 2019

(Do Sr. Christino Aureo)

Requer a realização de audiência pública pela Subcomissão Permanente de Fontes Renováveis de Energia e Biocombustíveis.

Senhor Presidente, Requeiro a V. Ex^a, nos termos do artigo 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública com o objetivo de debater sobre a alteração que a ANEEL (Agencia Nacional de Energia Elétrica) quer fazer para tornar mais cara a energia daqueles que produzem a própria energia através da captação de energia solar.

Serão convidados:

- Rodrigo Limp - Diretor da Aneel
- Ricardo Rüther - Presidente da Associação Brasileira de Energia Solar – ABENS
- Leonardo Camillo Curione – Presidente do grupo Sices Solar Brasil
- Rodrigo Sauaia - Presidente da Absolar

JUSTIFICAÇÃO

A Agência nacional de energia elétrica abriu no ultimo dia 15/10/2019 uma consulta publica para debater alteração em resolução e tornar mais cara a energia daqueles que produzem a própria energia.

A energia solar produzida pelas placas vai para a rede de distribuição e depois retorna para o produtor, antes voltavam em quase sua totalidade, porém agora não será mais dessa forma, tendo em vista que a concessionária quer reter 68% e devolver somente o restante. Um absurdo! Um desincentivo a quem produz/fornece energia limpa, sob o argumento de evitar que se transfiram os custos para os outros consumidores.

Uma resolução de 2012 da Aneel autoriza o consumidor a realizar micro geração de energia, tanto para consumir, quanto para injetar de volta na rede de distribuição. Em geral, esse excedente fica como crédito e pode ser usado para o abatimento de uma ou mais contas de luz do mesmo titular.

A resolução também estabelece subsídios para incentivar a micro geração, como, por exemplo, a isenção do pagamento de tarifas pelo uso da rede elétrica. Com a consulta pública recém-anunciada, a Aneel pretende reduzir gradualmente esses subsídios. O que, na prática, significa taxar esses sistemas individuais.

Segundo a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, há atualmente cerca de 120 mil consumidores que usam a geração distribuída. Também de acordo com a associação, cerca de 650 milhões de reais por ano são pagos pelos consumidores comuns com os subsídios.

Diante disso e da importância do tema para todos os brasileiros, não nos resta alternativa, no exercício do papel fiscalizador para o qual fomos eleitos, que não seja debater o tema e discutir a criação de uma alternativa para subsidiar eventual incongruência de valores de forma que não aumente a tarifa dos que não tem condições de investir em painéis solares e nem penalize quem produz energia limpa.

A população não aguenta tanta carga tributária além do mais quem já investiu sofrerá o impacto dessa possível taxação e não haverá novos investidores. É um retrocesso, um desincentivo para a geração de energia.

Desse modo, em meio à expansão dessas formas alternativas de geração de energia e levando em consideração suas potencialidades e pontos positivos e negativos, solicito o apoio dos nobres pares para a realização deste debate.

Sala de Comissões, de de 2019

Deputado Christino Aureo
Progressista (PP) – RJ